Moveltex

Centro de Competências e de Incubação de Empresas

Relatório e Contas do Exercício de 2019

CONTEÚDO

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Através do presente relatório de gestão, vem a Associação da sociedade dar conhecimento aos Associados e terceiros com os quais a sociedade se relaciona, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, no exercício de 2019.

Assim:

1. INTRODUÇÃO

A MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação, entidade de direito privado mas sem fins lucrativos, foi criada numa iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, da PROFISOUSA – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa e da AEPF - Associação Empresarial de Paços de Ferreira.

Com um objetivo geral de contribuir para o desenvolvimento económico do concelho de Paços de Ferreira e região em que se insere, foram atribuídas à Moveltex as seguintes missões: promover o empreendedorismo, a criação e a incubação de empresas, bem como a coordenação/implementação do plano estratégico "Paços de Ferreira 2020", tal como define o seu objeto, na versão mais recente dos estatutos.

Para a sua ação concreta, o plano de atividades desenhado para o ano de 2019, previa uma atividade que se centrava em torno dos seguintes eixos:

- Incubação e empreendedorismo;
- Apoio às empresas, empreendedores e investidores;
- Incentivos Municipais ao investimento;
- Ações para os setores do mobiliário têxtil e vestuário;
- Comunicação.
-

Uma vez ponderadas e apreciadas as suas atividades, algumas delas compreendidas em atribuições do município, estas foram consideradas de relevante interesse público municipal.

Porque a natureza dessas atividades/serviços, na maioria dos casos, não geram rendimentos bastantes que permitam assegurar a sua subsistência, uma que apenas a incubação gera receita, o que apenas permite a manutenção da infraestrutura, foi celebrado um contrato programa com o município que visou garantir os meios financeiros à prossecução destas atividades.

Acresce que, tendo em conta que fazem ainda parte do património associativo a Profisousa e a AEPF, participando inclusive nos seus órgãos de gestão, resultou da sua ação ao longo do ano de 2019, um conjunto de iniciativas que nasceram neste quadro institucional, que põem em conjunto no órgão de decisão, o poder público e o mundo empresarial local. Da natureza da Moveltex, por comparação com uma entidade pública, resulta ainda uma maior eficácia e eficiência nas suas ações, porquanto envolve a participação direta das empresas e empresários nas suas atividades.

No decurso das suas atividades, a Moveltex sempre respeitou as obrigações previstas no referido contrato, nomeadamente: facultando as informações e/ou documentos que lhe foram solicitados pelo Município, cumprindo as regras da contratação publicação, mantendo a situação tributária e perante a segurança social regularizada, mencionando o apoio do Município nos termos e na forma que este indicou, bem como demonstrou através de um relatório enviado oportunamente ao município a concretização dos objetivos e os resultados alcançados. Da análise à utilização dos serviços que a Moveltex disponibilizou no ano de 2019, no que respeito aos indicadores eficácia, foram os mesmos considerados como muito "Muito eficaz" em quase todas as suas áreas de atividade, inclusive no parâmetro respeitante à arrecadação de receita na incubação; a única avaliação "Eficaz" refere-se às atividades de comunicação. No que toca ao indicador de eficiência e de acordo com o previsto no contrato programa estabelecido entre o Município de Paços de Ferreira e a Moveltex, considerando que as receitas (excluindo o subsídio à exploração) foram muito superiores ao previsto e que a prestação da execução também foi superior à eficaz, o resultado do desempenho durante o ano de 2019 foi de Muito eficiente.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A. INCUBAÇÃO DE EMPRESAS

A Moveltex manteve em funcionamento a sua incubadora de empresas, com uma elevada taxa de ocupação, para além de fazer a manutenção necessária às suas instalações que incluiu pinturas e aquisição de mobiliário. Participou na sessão promovida pela Secretaria de Estado da Economia e que deu início à elaboração do Novo Programa Nacional para a Capacitação das Infraestruturas Tecnológicas, que decorreu em dezembro de 2019, em Viseu, para além de outras iniciativas promovidas ao longo do ano pelo IAPMEI, RNI e Cotec, bem como manteve a sua certificação junto do IAPMEI para os vales incubação e StartUpVIsa.

Estiveram incubadas durante o ano de 2019 na Moveltex 14 empresas, que ocuparam a totalidade das 9 salas disponíveis para os empreendedores. A saber:

- Moso
- Honnete furniture
- Carlos Sousa
- OnTable
- Riscos 3D
- HD Design - Hugo M.D.S.Carneiro
- Forlex, lda
- Bravery Reference
- Emergentequation
- Barros e Pinto, Lda
- Luis Miguel Sousa - Idesign
- André Cabral (Casa Verde)
- EmblematicNeuron/cleaverHouse
- VAleNegócios

Foram assegurados, e efetivamente prestados, os serviços de consultoria e mantidas as bolsas de parceiros, para além de terem sido divulgadas as empresas incubadas e os seus serviços, bem como foram partilhados os eventos realizados na rede Portuspark a que a Moveltex pertence.

A Moveltex realizou um evento de cooperação inter-empresas, o SunSet empresarial com o apoio da Câmara Municipal e da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que decorreu no Restaurante S. Francisco, em Freamunde, e teve a participação de dezenas de empresas locais e da região.

Organizou ainda 1 encontro das empresas incubadas e iniciou uma nova prática de reunião de todos os empreendedores, dinamizando a organização dentro da incubadora, pelos incubados, de encontros regulares, que permitam o network entre as empresas e os empreendedores, bem como a sua aproximação ao mercado.

B. APOIO ÀS EMPRESAS, EMPREENDEDORES E INVESTIDORES

Uma vez criado o Espaço Empresa de Paços de Ferreira, a funcionar nas instalações da Moveltex, os serviços do Balcão das Empresas (prestado pela Moveltex em articulação com o Município) foram integrados e começaram a ser disponibilizados em conjunto com os demais serviços das diferentes entidades da administração central que aderiram ao Espaço Empresa. A

Moveltex assegura a coordenação do Espaço Empresa e continua a prestar, através deste, os serviços que já eram prestados no Balcão das Empresas, nomeadamente:

- Apoio à instalação e ao investimento das empresas (fazendo a identificação de potenciais locais para a instalação ou de infraestruturas existentes, bem como apresentando propostas de localização);
- Apoio ao comércio local, nacional e internacional;
- Articulação com entidades públicas;
- Informação às empresas sobre apoio ao investimento;
- Serviço de acolhimento (para investidores e potenciais clientes das empresas locais).

Do conjunto dos serviços prestados, foram registados e efetivamente acompanhados 372 casos concretos, para os quais foram necessárias muitas outras ações subsequenciais: reuniões, visitas a empresas ou locais de possíveis investimentos, elaboração de propostas, organização de iniciativas, etc.

C. Incentivos Municipais ao Investimento

A tramitação dos pedidos de incentivo ao investimento na área do Município de Paços de Ferreira é feita pela Moveltex, de acordo com o regulamento municipal que os permite, aprovado na Assembleia Municipal de 22 de dezembro 2017, que entrou em vigor a 24 de janeiro de 2018. Ao abrigo deste regulamento, foi apresentado um pedido de incentivo municipal ao investimento por uma empresa com sede na freguesia de Seroa e para o qual foi dado parecer favorável durante o ano de 2019. Neste mesmo ano, uma outra empresa apresentou o seu projeto para reinstalar a sua unidade fabril em zona industrial da freguesia de Carvalhosa, estando o mesmo a ser tramitado pela Moveltex. Os prazos estipulados à Moveltex têm sido escrupulosamente cumpridos.

D. Ações para os setores do mobiliário, têxtil e vestuário

Com os olhos postos na promoção das atividades económicas, empresas e investimento no Município, sem perder de vista o Plano Estratégico desenvolvido para os setores do mobiliário e têxtil/vestuário, com grande representatividade no Município de Paços de Ferreira, a Moveltex organiza a sua ação em dois domínios: através de atividades organizadas, por si, diretamente ou coordenando/acompanhando atividades desenvolvidas por outras entidades. As atividades desenvolvidas no decurso do ano 2019 foram as seguintes:

1. <u>Ações desenvolvidas diretamente com vista à promoção das empresas:</u>

Na sequência do trabalho desenvolvido foi dada continuidade aos projetos "The Best Furniture in The World" e "Chef's Collection". No primeiro caso, foi decidido em conjunto com a Autarquia, rever o modelo em que será organizado, mas mantendo a expectativa de realizar a II edição durante o ano 2020/21. No segundo caso foram realizadas significativas reuniões para a colocação de mobiliário de Paços de Ferreira no novo restaurante do chef Pedro Lemos na cidade do Porto, tendo as mesmas conduzido a que fosse escolhida pelo chef uma empresa de Paços de Ferreira. Durante o ano de 2019 foram ainda desenvolvidas diversas ações que permitiram organizar:

- A exposição de mobiliário com as peças do Irmãos Campana, com a presença em Paços de Ferreira do diplomata português Paulo Lourenço que esteve na origem da sua criação e exibição em S. Paulo, no Brasil;
- A exposição de uma cadeira criada por iniciativa da Moveltex pelo designer Michael Marcondes e oferecida pela Moveltex e por 5 empresas de Paços de Ferreira à Irmandade dos Clérigos, no Porto. Denominada Gravity Chair, a cadeira e materiais promocionais sobre Paços de Ferreira e a Capital Europeia do Móvel estão disponíveis na Igreja da Torre dos Clérigos, um dos monumentos mais visitados da cidade Invicta;
- Duas ações de diplomacia económica ao mercado de Marrocos e do sul de Espanha (Sevilha);
- A visita de reconhecimento de oportunidades quer de promoção externa quer de organização de evento similar a High Point – nos EUA;
- A visita do Ministro do Planeamento, Dr. Nelson Souza, em Maio de 2019, a três empresas do Concelho de Paços de Ferreira à Feira Capital do Móvel. A iniciativa culminou com um jantar-conferência, subordinado ao tema Cidadania Empresarial e Desenvolvimento Económico, em que participaram mais de uma centena de empresas e empresários;
- Organização do encontro de boas práticas que trouxe a Paços de ferreira a delegação da ORT/Israel, juntando a comunidade escolar, o tecido empresarial (criação do clube de empresas) e os decisores públicos;
- Apresentação da candidatura Formação/Ação – que foi aprovada e, entretanto, iniciada, visando a economia digital e a indústria 4.0.

Foram ainda desenvolvidas reuniões com potenciais consultores e apresentadas propostas para a elaboração de ações que visavam a atração de pessoas ao território (turismo de negócios). Contudo, foi decidido nas reuniões de direção da Moveltex que tal deveria ser estudado com a AEPF, tendo esta remetido a reavaliação das mesmas para o final de 2019/início de 2020.

Pelo exposto consideramos que as ações realizadas diretamente e concluídas durante o ano de 2019 podem agrupar-se em três grupos, a saber:

- Realização de eventos (em número de dois) e exposições públicas de promoção das empresas e do território (duas);
- Ações de diplomacia económica e visitas a mercados externos (três);
- Dinamização de candidaturas (uma de qualificação e internacionalização das empresas).

2. Atividades de coordenação e acompanhamento:

Além das ações realizadas diretamente, a Moveltex desenvolveu atividades de coordenação tendo vista o natural desenvolvimento do plano estratégico. Essas ações ocorreram sempre em estreita articulação com o Município de Paços de Ferreira e foram as seguintes:

- Acompanhamento dos SIAC's de Qualificação e Internacionalização da AEPF, que foram concluídos em 2019 e que requereram a participação em diversas reuniões de trabalho, com vista à organização de eventos ou de preparação das ações previstas nos referidos projetos e participando diretamente na coordenação de um painel das I Jornadas Internacionais da Capital do Móvel e em oficinas criativas;
- Acompanhamento da criação da Academia Profissional, com a realização de diversas reuniões e elaboração de documento base da academia (com o apoio do consultor Jorge Portugal), os serviços municipais e a Profisousa, colaborando também na elaboração do protocolo estabelecido com as empresas e na criação da rede de instituições de ensino. Estes documentos foram concluídos no ano de 2019;
- Acompanhamento da AEPF na realização da Capital do Móvel na Alfândega do Porto;
- Articulação da presença de representação de Paços de Ferreira na Intercasa e organização da visita ao certame do Presidente da Câmara e AEPF;
- Coordenação da participação da representação de mobiliário numa feira de Paris, no âmbito de uma iniciativa da CIM do Tâmega e Sousa;
- Organização (com o apoio da AEPF) da participação na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) para promoção da feira de mobiliário, bem como a articulação com a mesma associação para a presença em feiras internacionais (no âmbito do SIAC);
- Promoção e participação de reuniões com a UATEC e Universidade do Minho a propósito da IOT's
- Promoveu e participou em reuniões com diversas entidades (CMPF, Smartwaste Portugal, entre outras) e empresas com vista à identificação de soluções para tratamento e valorização dos resíduos industriais das empresas de Paços de Ferreira, iniciando uma discussão sobre a oportunidade de criação de ecocentro industrial e um estudo sobre o interesse e viabilidade de eventual criação de um ecocentro de resíduos industriais em Paços de Ferreira.

E. COMUNICAÇÃO

Relativamente à comunicação, a Moveltex teve presente, permanentemente, a importância de dar a conhecer as suas atividades, embora tendo consciência que o seu desempenho é meramente instrumental para os objetivos públicos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e também dos interesses das empresas da região e associadas da Associação Empresarial. O seu fim último é o desenvolvimento económico do Município e das suas empresas, e com ele garantir o bem-estar dos cidadãos residentes no território do Município de Paços de Ferreira. Assim sendo, não deixou de ter o cuidado de manter uma página própria – site - (que atualizou) e uma página de Facebook, como tentou estimular a imprensa a fazer publicações sobre a sua atividade, tendo conseguido o seguinte:

Site e Facebook

Promoveu uma renovação/atualização do layout do site, incluindo a criação de novos menus, para disponibilizar informação obrigatória e para dar a conhecer novos projetos e oportunidades. A sua manutenção foi assegurada durante o ano com informação pertinente alusiva às suas atividades e à sua estrutura social.

O Facebook da Moveltex foi sendo atualizado com as atividades internas da incubadora, do Balcão das Empresas, ou outras de entidades parcerias com relevância para o tecido empresarial e/ou com informação pertinente do Espaço Empresa.

Foram ainda publicadas na imprensa, por iniciativa da Moveltex, diversos artigos relacionados com os seguintes temas:

- Visita do Ministro do Planeamento;
- Ocupação de empresas na incubadora;
- Iniciativa de promoção do empreendedorismo – Sunset;
- Notícia sobre StartupVoucher.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No decorrer de 2019 a atividade da MOVELTEX desenvolveu-se dentro dos parâmetros determinados pela direção dando seguimento no essencial aos projetos e atividades em curso e cujas principais variáveis o confirmam.

Da análise efetuada aos documentos financeiros com referência a 31 de dezembro de 2019, conclui-se o seguinte:

- Melhoria ao nível financeiro - com uma diminuição do passivo de 9%, sustentada no decréscimo do saldo de fornecedores e outros credores.

- Mantém-se igualmente uma atividade económica com resultados positivos. Obteve-se um lucro líquido de 6.419,74 euros. Registe-se que havendo uma diminuição do volume de negócios, os custos tiveram uma evolução paralela.

4. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2019, a empresa não tinha quaisquer dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

5. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

Comprometida com o futuro e reagindo a uma envolvente cada vez mais exigente e competitiva, os sócios da MOVELTEX continuarão a ter uma posição interventiva na dinamização da sua atividade, de modo a articular o seu desempenho com cada uma das instituições participantes, por forma a que os resultados globais sejam sentidos por toda a comunidade que servem, os empresários, as empresas, os empreendedores e, em última análise, a população da região que beneficiará de uma melhor economia local.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A MOVELTEX obteve um resultado líquido positivo de 6.419,74 euros (Seis Mil Quatrocentos e Dezanove Euros e Setenta e Quatro Cêntimos), propondo-se a transferência para a rubrica de Reservas Legais (320,99 euros) e para a rubrica de Resultados Transitados (6.098,75 euros).

7. AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança, em particular aos empreendedores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Às pessoas e instituições que colaboram com a Moveltex, a todos os parceiros e aos Auditores, a quem também gostaríamos de deixar uma mensagem de apreço, pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da Associação.

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 2020

A Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito – Presidente

Samuel da Cunha Santiago – Vogal

Pedro Oliveira

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

Moveltex
Centro de Competências e de Incubação de Empresas

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos 2019	Períodos 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	195 094,03	199 909,37
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros		772,80	579,60
Subtotal		195 866,83	200 488,97
Ativo corrente			
Clientes	14.2	8 187,37	5 696,53
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.6	169,97	3 687,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	14.3	15 311,08	14 920,22
Subtotal		23 668,42	24 303,77
Total do ativo		**219 535,25**	**224 792,74**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	200 000,00	200 000,00
Reservas	14.4	844,95	145,67
Resultados transitados	14.4	-183 656,23	-196 942,59
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	119 560,34	123 290,12
Resultado Líquido do período		6 419,74	13 985,64
Total do fundo do patrimonial		**143 168,80**	**140 478,84**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	14.8	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.5	8 201,32	13 196,16
Adiantamentos de clientes	14.2	384,50	184,50
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.6	2 754,83	2 815,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	50 595,04	53 195,04
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	14.7	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	14.8	14 430,76	14 922,59
Subtotal		76 366,45	84 313,90
Total do passivo		**76 366,45**	**84 313,90**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**219 535,25**	**224 792,74**

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	19 747,61	37 139,52
Subsídios, doações e legados à exploração	14.9	60 000,00	55 000,00
Fornecimentos e serviços externos	14.10	-36 527,91	-34 079,75
Gastos com o pessoal	12	-37 305,38	-39 190,53
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	2 406,26	-3 717,09
Outros rendimentos	14.11	5 573,49	5 252,01
Outros gastos	14.12	-1 300,27	-112,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 593,80	20 291,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	-5 231,34	-5 250,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 362,46	15 041,22
Juros e rendimentos similares obtidos	14.13	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.13	-0,10	-4,99
Resultados antes de impostos		7 362,36	15 036,23
Imposto sobre o rendimento do período	11 ; 14.6	-942,62	-1 050,59
Resultado líquido do período		**6 419,74**	**13 985,64**

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1		200 000,00	120,75	-197 416,00	127 073,29	498,33	130 276,37	130 276,37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados			0,00	24,92	473,41	0,00	-498,33	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0,00	0,00	0,00	-3 783,17	0,00	-3 783,17	-3 783,17
	2		0,00	24,92	473,41	-3 783,17	-498,33	-3 783,17	-3 783,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						13 985,64	13 985,64	13 985,64
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						13 487,31	10 202,47	10 202,47
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6=1+2+3+4	14.4	200 000,00	145,67	-196 942,59	123 290,12	13 985,64	140 478,84	140 478,84

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

(valores em Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1		200 000,00	145,67	-196 942,59	123 290,12	13 985,64	140 478,84	140 478,84
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados			0,00	699,28	13 286,36	0,00	-13 985,64	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0,00	0,00	0,00	-3 729,78	0,00	-3 729,78	-3 729,78
	2		0,00	699,28	13 286,36	-3 729,78	-13 985,64	-3 729,78	-3 729,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						6 419,74	6 419,74	6 419,74
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						-7 565,90	2 689,96	2 689,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+2+3+4	14.4	200 000,00	844,95	-183 656,23	119 560,34	6 419,74	143 168,80	143 168,80

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 20 20

O Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		19 863,03	36 405,88
Pagamento a fornecedores		41 594,51	40 587,69
Pagamentos ao pessoal		37 797,21	37 189,93
Caixa gerada pelas operações		-59 528,69	-41 371,74
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 050,59	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		64 179,44	52 944,78
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**3 600,16**	**11 573,04**
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		416,00	1 742,34
Investimentos financeiros		193,20	193,20
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		0,00	1 803,33
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-609,20	-132,21
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,10	4,99
Outras operações de financiamento		2 600,00	7 884,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-2 600,10	-7 888,99
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		390,86	3 551,84
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		14 920,22	11 368,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.3	15 311,08	14 920,22

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

ANEXO

1. Identificação da Entidade

A **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada TECVAL – Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação), é uma Associação sem fins lucrativos de Direito Privado, constituída em 29 de Julho de 2004, pelos Associados fundadores:

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira;
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira; e
- Profisousa – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa.

A Associação tem (i) a sua sede na Rua Dr. Nicolau Carneiro, 196, Concelho de Paços de Ferreira e (ii) por objeto social, a gestão de infra-estruturas de acolhimento e incubação de recém criadas empresas de novas tecnologias e a prestação de serviços às empresas acolhidas ou incubadas, incluindo formação profissional e ou empresarial. Para o efeito dispõe de um Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica para acolher Empresas de base tecnológica e Instituições ligadas à envolvente externa na Zona do Vale do Sousa.

É da opinião da Direção que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2019.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC - ESNL).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

O DL nº 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL nº 158/2009 de 13 de julho.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (SNC) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação, encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento administrativo	7 a 14
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Associação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada o qual varia entre 3 e 4 anos.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

<u>Clientes e outros créditos a Receber</u>

Os "Clientes" e as "Outros créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.7. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no fundo patrimonial, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no fundo patrimonial exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são aqueles que não sejam os que estão relacionados cm ativos. Estes são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de

utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	99 134,31	0,00	0,00	0,00	0,00	99 134,31
Equipamento administrativo	569,11	0,00	0,00	0,00	0,00	569,11
Outros activos fixos tangíveis	3 536,92	0,00	0,00	0,00	0,00	3 536,92
Total (1)	357 520,52	0,00	0,00	0,00	0,00	357 520,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	54 650,09	4 933,04	0,00	0,00	0,00	59 583,13
Equipamento básico	97 970,40	111,19	0,00	-1 742,34	0,00	96 339,25
Equipamento administrativo	81,30	81,30	0,00	0,00	0,00	162,60
Outros activos fixos tangíveis	1 401,17	125,00	0,00	0,00	0,00	1 526,17
Total (2)	154 102,96	5 250,53	0,00	-1 742,34	0,00	157 611,15
Total (1)-(2)	203 417,56	-5 250,53	0,00	1 742,34	0,00	199 909,37

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	99 134,31	0,00	0,00	2 536,92	0,00	101 671,23
Equipamento administrativo	569,11	416,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	3 536,92	0,00	0,00	-2 536,92	0,00	1 000,00
Total	357 520,52	416,00	0,00	0,00	0,00	357 936,52
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	59 583,13	4 933,04	0,00	0,00	0,00	64 516,17
Equipamento básico	96 339,25	40,00	0,00	1 276,17	0,00	97 655,42
Equipamento administrativo	162,60	133,30	0,00	0,00	0,00	295,90
Outros activos fixos tangíveis	1 526,17	125,00	0,00	-1 276,17	0,00	375,00
Total	157 611,15	5 231,34	0,00	0,00	0,00	162 842,49
Total (1)-(2)	199 909,37	-4 815,34	0,00	0,00	0,00	195 094,03

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total (1)	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Depreciações acumuladas						
Outros ativos intangíveis	118 549,25	0,00	0,00	1 803,33	0,00	120 352,58
Total (2)	118 549,25	0,00	0,00	1 803,33	0,00	120 352,58
Total (1)-(2)	1 803,33	0,00	0,00	-1 803,33	0,00	0,00

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Depreciações acumuladas						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
Total (1)-(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a rubrica de Financiamentos Obtidos é nula.

8. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Vendas (1)	**0,00**	**0,00**
Serviços Prestados a Clientes e Utentes	19 747,61	37 139,52
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	0,00	0,00
Prestação de Serviços (2)	**19 747,61**	**37 139,52**
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Juros, Roylaties e Dividendos (3)	**0,00**	**0,00**
Total (1)+(2)+(3)	**19 747,61**	**37 139,52**

9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias

Provisões

Nos períodos de 2019 e 2018, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade recebeu um subsídio por parte da Câmara Municipal de paços de Ferreira, no âmbito dos seus fins estatuários.

11. Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2019	2018
IRC Liquidado	678,77	1 032,81
Tributação Autónoma	263,85	17,78
Total	942,62	1 050,59

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

Descrição	2019	2018
Imposto Corrente	942,62	1 050,59
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	942,62	1 050,59

12. Benefícios dos empregados

Para os períodos de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes Gastos com Pessoal:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	30 786,34	32 656,53
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	6 274,47	6 300,18
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	244,57	233,82
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	37 305,38	39 190,53

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 foi de:

	2019	2018
Número médio de empregados	1	1
Número de empregados no fim do período	1	1

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2019 a entidade não possuía dívidas ao Estado, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
- AEPF	32 540,42	35 140,42
- Profisousa	18 054,62	18 054,62
Total	**50 595,04**	**53 195,04**

14.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c	**8 187,37**	**5 696,53**
Clientes	8 187,37	5 696,53
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber	**0,00**	**0,00**
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	**470,83**	**3 717,09**
Clientes	470,83	3 717,09
Utentes	0,00	0,00
Total (1)	**8 658,20**	**9 413,62**
Imparidades de Clientes e Utentes c/c	**-470,83**	**-3 717,09**
Clientes	-470,83	-3 717,09
Utentes	0,00	0,00
Total (2)	**-470,83**	**-3 717,09**
Total (1)+(2)	**8 187,37**	**5 696,53**
Adiantamentos de Clientes e Utentes c/c	**-384,50**	**-184,50**
Clientes	-384,50	-184,50
Utentes	0,00	0,00

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes "Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade":

Descrição	2019	2018
Clientes	-470,83	-3 717,09
Utentes	0,00	0,00
Total	**-470,83**	**-3 717,09**

14.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	845,84	646,61
Depósitos à ordem	14 465,24	14 273,61
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Total	15 311,08	14 920,22

14.4. Fundos Patrimoniais

O Fundo Social da MOVELTEX, em 31 de Dezembro de 2019, encontra-se totalmente realizado e detalha-se como segue:

Associados	31.12.2019		31.12.2018	
	% Participação	Património	% Participação	Património
AEPF	63,64%	127 272,73	64%	127 272,73
CMPF	27,27%	54 545,45	27%	54 545,45
Profisousa	9,09%	18 181,82	9%	18 181,82
	100%	200 000,00	100%	200 000,00

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	145,67	699,28	0,00	844,95
Resultados transitados	-196 942,59	13 286,36	0,00	-183 656,23
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	123 290,12	0,00	-3 729,78	119 560,34
Resultado liquido do periodo	13 985,64	6 419,74	-13 985,64	6 419,74
Total	140 478,84	20 405,38	-17 715,42	143 168,80

Distribuição de Resultados

O Resultado Líquido Positivo do Exercício de 2018 de 13.985,64 euros (Treze Mil Novecentos e Oitenta e Cinco Euros e Sessenta e Quatro Cêntimos) foi transferido na sua totalidade para rubrica de Reservas Legais (699,28 euros) e para a rubrica de Resultados Transitados (13.286,36 euros).

Outras Variações no Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, detalha-se como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2017	**127 073,29**
Reconhecimento do proveito	-3 783,17
Outras variações de capital próprio 31.12.2018	**123 290,12**
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2019	**119 560,34**

14.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	8 201,32	13 196,16
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total Fornecedores	**8 201,32**	**13 196,16**

14.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	169,97	3 687,02
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**169,97**	**3 687,02**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos	942,62	1 050,59
Retenção Imposto sobre Rendimento	636,00	782,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	1 158,80	965,61
Outros Impostos e Taxas	17,41	17,41
Total	**2 754,83**	**2 815,61**

14.7. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2019 a rubrica de "Diferimentos" não apresenta qualquer saldo.

14.8. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0,00	1 539,51	0,00	2 031,34
Credores por acrescimos de gastos	0,00	4 306,50	0,00	4 306,50
Remunerações a pagar	0,00	4 306,50	0,00	4 306,50
Outras creodres por acrescimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	0,00	8 584,75	0,00	8 584,75
Total	0,00	14 430,76	0,00	14 922,59

As Outras Dividas a Pagar incluem 4.306,50 euros (em 2018: 4.306,50 euros) de credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2019 e a liquidar em 2020.

14.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade nos períodos de 2019, reconheceu um subsídio recebido por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira no montante de 60.000 euros (em 2018: 55.000 euros).

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Deslocações e Estadas	18 227,25	5 834,58
Trabalhos Especializados	9 988,10	21 853,00
Limpeza, Higiene e Conforto	1 866,32	238,40
Outros Materiais	1 742,25	4,88
Comunicação	915,67	178,80
Conservação e reparação	611,35	2 292,31
Publicidade e Propaganda	569,11	2 379,00
Serviços Bancários	121,55	104,90
Ferramentas e Utensílios	64,05	0,00
Contencioso e Notariado	11,73	800,62
Material de Escritorio	0,00	190,71
Outros	2 410,53	202,55
Total	36 527,91	34 079,75

14.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores	1 843,71	0,00
Imputação do Subsidio para Investimento	3 729,78	3 783,17
Outros rendimentos e ganhos	0,00	1 468,84
Total	5 573,49	5 252,01

O montante evidenciado na rubrica subsídios, respeita ao reconhecimento do proveito relacionado com o subsídio obtido relacionado com o contrato de concessão de incentivos, celebrado em 2005, com o IAPMEI (POR/2005/0013/3.1/DREN).

14.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	6,81	7,14
Correções relativas a exercícios anteriores	1 221,70	84,36
Outros Gastos e Perdas	71,76	20,91
Total	1 300,27	112,41

14.13.Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,10	4,99
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,10	4,99
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Resultados financeiros	**-0,10**	**-4,99**

14.14.Acontecimentos após data de Balanço

O agravamento da situação de pandemia ocorreu após a data de reporte das Demonstrações Financeiras. É sem dúvida um acontecimento desfavorável, apesar disso não está em causa o princípio da continuidade operacional subjacente à elaboração das demonstrações financeiras.

Não são conhecidos outros eventos subsequentes que requeiram ajustamentos ou divulgações nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 06 de Julho de 2020.

Paços de Ferreira, 06 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

José António Magalhães Machado (CC n.º 13.764)

A Direção

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Presidente

Samuel da Cunha Santiago - Vogal

Pedro Miguel Oliveira Rodrigues - Vogal

Relatório e Parecer do
Conselho Fiscal

Senhores Associados,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada TECVAL - Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do MOVELTEX. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos do MOVELTEX.

3 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da MOVELTEX e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação do MOVELTEX evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 219.535,25 euros e um total de fundos patrimoniais de 143.168,80 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 6.419,74 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a

Jorge Amorim & Sandra Pereira, SROC, Lda
Contribuinte nº 507 505 006
Rua de Chaos nº 84
4500-318 Maia Cinfães

jam.sroc@jam-sroc.com
Tel: 224 102 070 Fax: 226 063 420
Tlm: 913 453 541

preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de

Jorge Almeida & Guerra Pereira, SROC, Lda
Contribuinte nº 507 849 836
Rua de Chãos nº 84
4435-[illegible] Manga Gondomar
jam.sroc@jam-sroc.com
Tel. 225 102 073 / Fax: 229 052 420
Tm: 918 [illegible]

acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 20 de Julho de 2020

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157